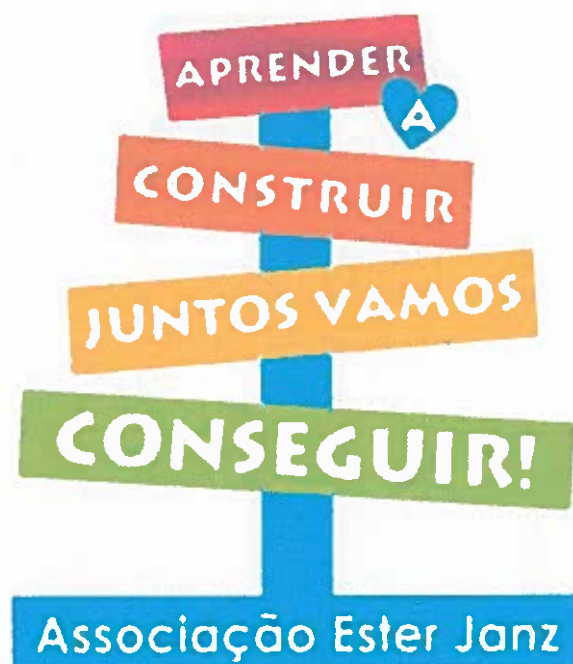


ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ



**Demonstrações Financeiras
em
31 de dezembro de 2020**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, vem a Direção da Associação Ester Janz submeter à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo.

ANÁLISE DO EXERCÍCIO

Embora a informação legalmente exigível faça parte integrante do Anexo às Demonstrações Financeiras, apresentamos de seguida informação complementar que permite uma melhor compreensão das Contas que se submetem à apreciação da Assembleia Geral Ordinária e da atividade desenvolvida no último ano, no âmbito do Plano de Atividades em vigor, do Orçamento aprovado e ainda de uma crise mundial inesperada que afetou empresas e famílias em todo o mundo, como foi a situação pandémica criada pelo Covid-19. Perante esta adversidade, que tem sido uma constante nas nossas vidas desde março de 2020 até ao presente, não se perspetivando ainda quando chegará ao fim, relembramos que, por decisão governamental, todos os estabelecimentos de ensino e creches foram obrigados a encerrar a 16 de março de 2020 até data a anunciar. A 18 de maio houve a permissão para a reabertura das creches, e a 1 de junho para o pré-escolar. Os alunos do 1º ciclo apenas tiveram a possibilidade de frequentar a instituição a partir de julho, pelo que as atividades letivas presenciais terminaram a 13 de março.

Nesta conjuntura, a Associação teve de se adaptar aos novos métodos de ensino à distância, reestruturar todos os serviços, incluindo a adoção do teletrabalho sempre que as funções o permitiam, e o funcionamento de acordo com as normas emanadas da Direção Geral de Saúde para fazer face ao controlo de uma pandemia que, além de inédita, trazia consigo muitos medos e incertezas a todos os níveis. A Associação Ester Janz focou-se no cumprimento integral de todas as normas e simultaneamente no apoio a toda a Comunidade Escolar, aos trabalhadores que, mesmo em lay-off, viram cumprido o pagamento das suas remunerações na totalidade, e às famílias das nossas crianças a quem foi proporcionado uma redução muito significativa nas tabelas das mensalidades a praticar durante o período de encerramento da instituição, mantendo-se essas mesmas reduções até ao final de julho, para os alunos que, por quaisquer razões, não regressaram às atividades presenciais.

Perante a situação descrita, é de esperar que o ano de 2020 tenha sido, até agora, o pior ano económico e financeiro da Associação, apresentando um Resultado Líquido negativo de € 96.154,29, que vamos explicar através da análise dos quadros a seguir e do contributo das várias rubricas para a sua formação.



RENDIMENTOS E GANHOS

As grandes rubricas de Rendimentos e Ganhos são apresentadas no quadro abaixo, em comparação com o ano anterior e com uma variação negativa de mais de 320 mil euros.

RUBRICAS	2019	2020	VARIACÃO 2019/2020	
			VALOR	%
Vendas	20 443,00	13 241,00	-7 202,00	-35,2%
Prestações de Serviços	1 532 980,63	1 170 847,59	-362 133,04	-23,6%
Subsídios à exploração	604 807,25	656 632,22	51 824,97	8,6%
Reversões	328,26	412,30	84,04	25,6%
Outros Rendimentos e Ganhos	66 602,49	61 006,72	-5 595,77	-8,4%
Juros, dividendos e outros rendimentos	587,50	419,44	-168,06	-28,6%
RENDIMENTO TOTAL	2 225 749,13	1 902 559,27	-323 189,86	-14,5%

Com exceção dos Subsídios à Exploração e das Reversões, todas as grandes rúbricas de Proveitos e Ganhos apresentam uma quebra.

As Prestações de Serviços refletem a maior quebra em valor; incluem as mensalidades, as matrículas e renovações, as quotizações e todas as atividades debitadas.

A variação negativa nos Outros Rendimentos e Ganhos é justificada essencialmente pelo fim do reconhecimento de um ganho anual que teve início em 2010, e que terminou em 2019, com a última parcela de € 8.445,24, referente ao subsídio atribuído naquele ano para o alargamento da lotação do ensino Pré-escolar e do investimento em Painéis solares.

Os Subsídios à Exploração, que apresentam um crescimento de quase 52 mil euros, justificado pelos subsídios de apoio ao lay-off no âmbito da covid-19 que totalizaram aquele valor, incluem os Subsídios mensais da Segurança Social destinados ao apoio à Creche e ao Pré-escolar, no valor de 317 e 273 mil euros, respetivamente. Incluem também alguns donativos recebidos, da Junta de Freguesia e de Particulares e a comparticipação do IEFP nos estágios profissionais que, devido às circunstâncias especiais do ano de 2020, não tiveram grande expressão.

GASTOS E PERDAS

As grandes rubricas dos Gastos e Perdas são apresentadas no quadro seguinte, também em comparação com o ano anterior; a variação negativa também é considerável, menos 212 mil euros, embora não tenha acompanhado a que se verifica nos Rendimentos e Ganhos, o que explica o valor dos Resultados negativos com que terminamos este ano de 2020, marcado por acontecimentos nunca antes vividos.

RUBRICAS	2019	2020	VARIÇÃO 2019/2020	
			VALOR	%
Custo das Merc. Vend. e Mat. Cons.	56 478,44	38 212,43	-18 266,01	-32,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	597 249,62	451 826,64	-145 422,98	-24,3%
Gastos com o Pessoal	1 459 195,82	1 433 879,00	-25 316,82	-1,7%
Gastos de Depreciação e de Amortização	90 616,38	63 223,13	-27 393,25	-30,2%
Perdas por imparidade	5 175,63	5 000,29	-175,34	-3,4%
Outros Gastos e Perdas	2 725,28	6 572,07	3 846,79	141,2%
Gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00	0,00	
GASTO TOTAL	2 211 441,17	1 998 713,56	-212 727,61	-9,6%

Os Fornecimentos e Serviços Externos, compostos por várias categorias de Gastos são a rubrica que apresenta uma maior redução, explicada pelo encerramento total da instituição durante cerca de 2 meses. Apresentamos de seguida a sua discriminação exaustiva, possibilitando assim a análise das variações:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2019	2020	VARIÇÃO 2019/2020	
			VALOR	%
Exploração de Refeitórios	147 903,36	96 200,17	-51 703,19	-35,0%
Inglês	17 831,00	17 642,70	-188,30	-1,1%
Música - Contrato	17 774,25	17 040,29	-733,96	-4,1%
Música - Aulas Particulares	3 025,00	3 559,38	534,38	17,7%
Expressão Dramática	3 764,00	2 316,00	-1 448,00	-38,5%
Natação	951,68		-951,68	-100,0%
Trabalhos especializados	40 101,52	36 340,87	-3 760,65	-9,4%
Publicidade e Propaganda	307,50		-307,50	-100,0%
Vigilância e segurança	34 114,18	27 098,49	-7 015,69	-20,6%
Honorários	9 570,75	3 201,25	-6 369,50	-66,6%
Conservação e reparação	50 340,20	18 553,29	-31 786,91	-63,1%
Despesas bancárias	571,44	601,12	29,68	5,2%
Material Didatico	12 912,67	8 019,58	-4 893,09	-37,9%
Ferramentas e Utensílios Desgaste rápido	1 473,86	3 509,98	2 036,12	138,1%
Material Escritório	2 766,57	1 681,17	-1 085,40	-39,2%
Eletricidade	21 150,21	18 309,60	-2 840,61	-13,4%
Combustíveis	10 941,18	9 141,64	-1 799,54	-16,4%
Água	13 484,57	10 306,92	-3 177,65	-23,6%
Deslocações e estadas	445,36	98,75	-346,61	-77,8%
Rendas e alugueres	101 565,50	84 029,70	-17 535,80	-17,3%
Comunicações	1 906,05	2 019,87	113,82	6,0%
Seguros	8 773,95	8 836,03	62,08	0,7%
Contencioso e Notariado	153,56	80,00	-73,56	-47,9%
Limpeza, higiene e conforto - SGL	40 579,01	35 737,01	-4 842,00	-11,9%
Limpeza, higiene e conforto - OUTROS	36 218,25	40 898,79	4 680,54	12,9%



Fotos	2 584,00	2 574,00	-10,00	-0,4%
Bordados Ductil	794,00	663,50	-130,50	-16,4%
Material de Farmácia	864,33	219,52	-644,81	-74,6%
Compras e Serviços Diversos	783,77	915,82	132,05	16,8%
Atividades didáticas	13 597,90	2 231,20	-11 366,70	-83,6%
TOTAL	597 249,62	451 826,64	-145 422,98	-24,3%

A variação na maioria das rubricas está diretamente relacionada com o período de encerramento da instituição e com a ausência de atividades extra-curriculares e didáticas, que praticamente deixaram de existir a partir de meados de março, incluindo as habituais colónias de férias de julho. De salientar o grande aumento suportado com os materiais de limpeza, higiene e conforto que, na prática não foi de 4 mil e seiscentos euros mas sim de 14 mil, já que no valor de 2019 estão contemplados cerca de 10 mil euros gastos em substituição de novas roupas para utilização na Creche.

Os Gastos com Pessoal também merecem aqui a sua discriminação e explicação.

GASTOS COM PESSOAL	2019	2020	VARIÇÃO 2019/2020	
			VALOR	%
Salários	1 177 430,15	1 177 120,72	-309,43	0,0%
Indemnizações	6 796,06	4 477,36	-2 318,70	-34,1%
Taxa Social Única	260 874,58	238 719,58	-22 155,00	-8,5%
Seguro Acidentes de Trabalho	12 362,44	12 409,11	46,67	0,4%
FGCT	212,02	221,33	9,31	4,4%
Outros Gastos com o Pessoal	1 520,57	930,90	-589,67	-38,8%
Total	1 459 195,82	1 433 879,00	-25 316,82	-1,7%

Confirmamos, com estes valores, a manutenção da massa salarial de 2019 para 2020, apesar do recurso ao lay-off pois, como já dissemos, a instituição garantiu a todos os trabalhadores o pagamento integral dos seus salários. Apenas os Encargos com a Segurança Social apresentam uma redução na ordem dos 22 mil euros, que resulta da isenção da TSU a cargo da entidade patronal, relativa à incidência sobre os valores dos salários suportados pela Segurança Social durante o período de lay-off. De referir que apesar de o valor total dos salários não ter sofrido alteração de um ano para o outro, o número médio de colaboradores desceu de 85 para 83. Iniciámos o ano com 90 trabalhadores e terminámos, no mês de dezembro, com 83.



INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados durante este ano centraram-se na aquisição de equipamento informático, mais concretamente computadores portáteis para utilização dos docentes, indispensáveis para poderem levar a cabo a sua nova tarefa do ensino à distância.

Entretanto foi-nos comunicada a decisão de indeferimento da nossa candidatura aos apoios do Portugal 2020 para o Projeto de Eficiência Energética destinado aos dois edifícios de Associação; consideramos não ser oportuno, nestas circunstâncias, avançar por agora com este projeto.

UTENTES

O quadro seguinte mostra-nos a distribuição do número médio de crianças por valência.

Nº MÉDIO DE UTENTES	2019	2020	VARIÇÃO 2019/2020	
			VALOR	%
TOTAL	362	340	-22	-6,1%
CRECHE	106	101	-5	-4,5%
PRÉ-ESCOLAR	136	127	-9	-6,3%
1º CEB	120	112	-8	-6,7%

A partir do mês de junho, perante as incertezas nas opções que os pais teriam de tomar, assistimos a uma saída por parte de algumas crianças da Creche e do Pré-escolar e no novo ano escolar, que iniciou em setembro, esta tendência não se alterou, pelo que, em média, tivemos menos 22 alunos do que no ano anterior.

Analisámos o Rendimento médio por utente e apresentamos de seguida as médias de 2019 e 2020 em três perspetivas: O Rendimento Total, o Rendimento das Mensalidades e o Rendimento das Mensalidades acrescido dos Subsídios e Donativos recebidos.

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL POR UTENTE	2019	2020	VARIÇÃO 2019/2020	
			VALOR	%
RENDIMENTO TOTAL	512,49	466,09	-46,40	-9,1%
RENDIMENTO DAS MENSALIDADES	352,98	286,83	-66,15	-18,7%
RENDIMENTO DAS MENSALIDADES E SUBS.	492,24	447,69	-44,55	-9,1%

Comparando estes indicadores dos Rendimentos com os dos Gastos, que apresentamos a seguir, concluímos que, apesar de ter havido uma quebra significativa no Gasto médio, a grande quebra no Rendimento médio das mensalidades de um ano para o outro não permitiria umas contas equilibradas. O aumento do Gasto médio com Pessoal é justificado pela redução



do número médio de crianças que não foi acompanhado por uma redução proporcional no número de trabalhadores.

GASTO MÉDIO MENSAL POR UTENTE	2019	2020	VARIAÇÃO 2019/2020	
			VALOR	%
GASTO TOTAL	509,20	489,64	-19,56	-3,8%
GASTO SEM AMORTIZAÇÕES/IMPARIDADES	487,14	472,93	-14,21	-2,9%
GASTOS COM PESSOAL	335,99	351,27	15,28	4,5%

CONCLUSÃO

Na sequência dos esclarecimentos prestados, cumpre referir que, apesar de todas as contrariedades, a Direção mantém-se empenhada na continuação do bom funcionamento da Instituição, como sempre, contando com todos os apoios que possam vir a ser-nos concedidos, e manifesta aqui o seu agradecimento a todos os colaboradores que deram o seu melhor para que este ano pudesse decorrer da melhor forma possível.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o termo do exercício e até à data da emissão do presente relatório, não ocorreu qualquer facto relevante para a atividade da Instituição, além das limitações impostas pela pandemia.

PERSPETIVAS PARA O ANO DE 2021

Como é do conhecimento público, a pandemia continua e já neste ano as escolas voltaram a encerrar a partir de 22 de janeiro por cerca de 2 meses. No 1º trimestre deste ano estávamos com menos 48 crianças que no período homólogo de 2020 e menos 10 colaboradores. O Orçamento aprovado para 2021, com enormes perdas devido à capacidade subutilizada dos nossos recursos, não previu novo encerramento para este ano; por uma questão de prudência e já com a experiência do ano passado, e também porque apesar das instalações encerradas, foi possível acompanhar todas as crianças utilizando o método do ensino e educação à distância, adotámos uma postura mais cautelosa nas reduções das mensalidades durante o período de encerramento. Os apoios da Segurança Social também foram mais alargados este ano, pelo que contamos atingir resultados não tão dolorosos.

DECLARAÇÃO

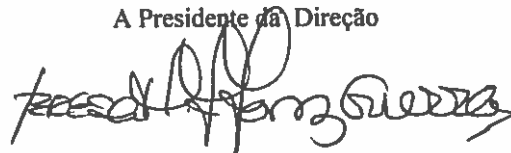
Tal como sempre aconteceu, a Associação Ester Janz mantém regularizados todos os compromissos com a Segurança Social e Autoridade Tributária.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO DE 2020

A Direção da Associação Ester Janz propõe que o Resultado Líquido negativo de € 96.154,29, apurado no exercício de 2020, seja, na sua totalidade, transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 31 de março de 2021

A Presidente da Direção



Teresa Maria Jardim Janz Guerra



Índice

Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração dos Resultados por Funções.....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	9
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	10
3.1. Principais políticas contabilísticas	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas	17
4. Ativos Fixos Tangíveis	18
5. Ativos Intangíveis.....	19
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	20
7. Inventários	20
8. Rendimentos.....	20
9. Subsídios, doações e legados à exploração	21
10. Instrumentos Financeiros	21
11. Benefícios dos empregados.....	21
12. Acontecimentos após data de Balanço	22
13. Outras Informações	22
13.1. Créditos a receber	22
13.2. Diferimentos	23
13.3. Caixa e Depósitos Bancários	23
13.4. Fundos Patrimoniais	23
13.5. Fornecedores	24
13.6. Estado e Outros Entes Públicos	24
13.7. Outros Passivos correntes	24
13.8. Fornecimentos e serviços externos	25
13.9. Outros rendimentos	26
13.10. Outros gastos.....	26
13.11. Resultados Financeiros	26
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	27

Balço

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	377 839,39	415 900,05
Investimentos financeiros	10	8 758,93	8 820,54
Subtotal		386 598,32	424 720,59
Ativo corrente			
Inventários	7	21 265,01	19 103,58
Créditos a receber	13.1	39 675,51	38 046,12
Estado e outros entes públicos	13.6	5 739,26	17 695,20
Diferimentos	13.2	17 160,80	16 448,98
Caixa e depósitos bancários	13.3	1 098 304,49	1 207 519,38
Subtotal		1 182 145,07	1 298 813,26
Total do Ativo		1 568 743,39	1 723 533,85
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	13.4	866 253,38	866 253,38
Resultados transitados	13.4	221 633,08	207 325,12
Resultado líquido do período		(96 154,29)	14 307,96
Total dos fundos patrimoniais		991 732,17	1 087 886,46
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	202 329,29	202 329,29
Subtotal		202 329,29	202 329,29
Passivo corrente			
Fornecedores	13.5	52 964,18	71 914,34
Estado e outros entes públicos	13.6	39 047,71	41 682,65
Diferimentos	13.2	50 104,50	60 521,55
Outros passivos correntes	13.7	232 565,54	259 199,56
Subtotal		374 681,93	433 318,10
Total do passivo		577 011,22	635 647,39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 568 743,39	1 723 533,85

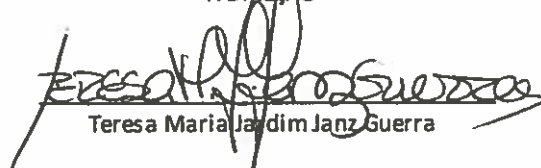
Lisboa, 26 de fevereiro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO



Teresa Maria Jardim Janz Guerra

Demonstração dos Resultados por Naturezas

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	1.184.088,59	1.553.423,63
Subsídios, doações e legados à exploração	9	656.632,22	604.807,25
ISS, IP - Centros Distritais		642.442,63	574.532,07
Outros		14.189,59	30.275,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(38.212,43)	(56.478,44)
Fornecimentos e serviços externos	13.9	(451.826,64)	(597.249,62)
Gastos com o pessoal	11	(1.433.879,00)	(1.459.195,82)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.1	(4.587,99)	(4.847,37)
Outros rendimentos	13.10	61.006,72	66.602,49
Outros gastos	13.11	(6.572,07)	(2.725,28)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(33.350,60)	104.336,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(63.223,13)	(90.616,38)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(96.573,73)	13.720,46
Juros e rendimentos similares obtidos	13.12	419,44	587,50
Resultados antes de impostos		(96.154,29)	14.307,96
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(96.154,29)	14.307,96

Lisboa, 26 de fevereiro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO


Teresa Maria Jardim Janz Guerra

Demonstração dos Resultados por Funções

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

	Notas	Creche	Pré Escolar	1º CEB	PERÍODOS	
					2020	2019
RENDIMENTOS E GASTOS						
Vendas e serviços prestados		304 160,28	424 628,21	455 300,10	1 184 088,59	1 553 423,63
Custo das vendas e dos serviços prestados		(465 326,33)	(440 496,77)	(388 782,18)	(1 294 605,28)	(1 451 257,63)
Resultado bruto		(161 166,05)	(15 868,56)	66 517,92	(110 516,69)	102 166,00
Outros rendimentos		343 685,17	348 556,24	26 229,27	718 470,68	672 325,50
Gastos administrativos		(185 741,63)	(236 599,66)	(206 971,50)	(629 312,79)	(661 666,25)
Outros gastos		(29 209,86)	(30 161,72)	(15 423,91)	(74 795,49)	(98 517,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(32 432,37)	65 926,30	(129 648,22)	(96 154,29)	14 307,96
Resultados antes de impostos		(32 432,37)	65 926,30	(129 648,22)	(96 154,29)	14 307,96
Resultado líquido do período		(32 432,37)	65 926,30	(129 648,22)	(96 154,29)	14 307,96

Lisboa, 26 de fevereiro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Oliveira

Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO

Teresa Maria Jardim Janz Guerra
 Teresa Maria Jardim Janz Guerra

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe							Unidade Monetária: Euros		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019		-	-	866 253,38	161 392,27	-	8 445,24	45 932,85	1 082 023,74	-	1 082 023,74
2 APLICAÇÃO DE RESULTADOS Transferência de resultados do exercício para resultados transitados		-	-	-	45 932,85	-	-	(45 932,85)	-	-	-
3 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	-	-	-	-	(8 445,24)	-	(8 445,24)	-	(8 445,24)
4 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	-	-	-	(8 445,24)	14 307,96	14 307,96	-	14 307,96
5=3+4 RESULTADO INTEGRAL		-	-	-	-	-	(8 445,24)	14 307,96	5 862,72	-	5 862,72
7=1+2+5+6 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019		-	-	866 253,38	207 325,12	-	(0,00)	14 307,96	1 087 886,46	-	1 087 886,46

Lisboa, 26 de fevereiro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Carla Maria Peçolho Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO


Teresa Maria Ardilín Janz Guerra

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Unidade Monetária: Euros		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
1	1	-	-	866 253,38	207 325,12	-	(0,00)	14 307,96	1 087 886,46	-	1 087 886,46
2	2	-	-	-	14 307,96	-	-	(14 307,96)	-	-	-
4	4	-	-	-	-	-	-	(96 154,29)	(96 154,29)	-	(96 154,29)
5=3+4	5=3+4	-	-	-	-	-	-	(96 154,29)	(96 154,29)	-	(96 154,29)
7=1+2+5+6	7=1+2+5+6	-	-	866 253,38	221 633,08	-	(0,00)	(96 154,29)	991 732,17	-	991 732,17

Lisboa, 26 de fevereiro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Oliveira
Carla Maria Papolino Lopes de Oliveira

A DIREÇÃO

Teresa Maria Jardim da Guerra
Teresa Maria Jardim da Guerra

Demonstração dos Fluxos de Caixa

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 177 751,11	1 549 771,45
Pagamento a fornecedores		(512 485,46)	(608 212,55)
Pagamentos ao pessoal		(901 417,54)	(913 279,61)
Caixa gerada pelas operações		(236 151,89)	28 279,29
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		158 221,69	159 401,26
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(77 930,20)	187 680,55
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(31 784,69)	(231 867,46)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		500,00	506,94
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(31 284,69)	(231 360,52)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		(109 214,89)	(43 679,97)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 207 519,38	1 251 199,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.3	1 098 304,49	1 207 519,38

Lisboa, 26 de fevereiro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO


 Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira


 Teresa Maria Jardim Janz Guerra

Anexo

(Quantias estão expressas em euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

Este documento contém as divulgações pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF – ESNL), que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em referência ao exercício de 2020.

1. Identificação da Entidade

A Associação Ester Janz, pessoa coletiva de utilidade pública, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída em 1982 sob a forma de Instituição particular de solidariedade social, com sede na Avenida Infante D. Henrique, 286, Cabo Ruivo, em Lisboa.

A Associação Ester Janz visa a educação e formação de crianças e jovens, com vista ao seu desenvolvimento harmonioso integral e o seu âmbito de ação abrange a freguesia de Marvila e áreas limítrofes do concelho de Lisboa.

Tem como atividades principais a Creche, Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico.

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 1 de março de 2021.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Direção.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 142/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

3.1.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março que instituiu o ESNL;

A instituição adota as NCRF – ESNL na preparação das Demonstrações Financeiras desde 2012, sendo as Demonstrações Financeiras deste exercício comparáveis e consistentes com as preparadas e apresentadas no exercício anterior.

3.1.2. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por Acréscimos e Diferimentos*”.

3.1.4. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.5. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente

relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.7. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- A razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais". Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Imparidade

A instituição avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a instituição estima a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhece nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados (a não ser que o ativo esteja escriturado pela quantia revalorizada, caso em que é tratado como acréscimo de revalorização) e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinado caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos acima em ativos fixos tangíveis.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis.

- Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos Programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

3.2.3. Investimentos Financeiros

As entregas mensais para o FCT (Fundo de compensação do trabalho), efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados.

3.2.4. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o último preço de compra.

O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando as instituições se constituem parte na respetiva relação contratual.

No final do ano a instituição avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existe uma evidência objetiva de imparidade, a instituição reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros:

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

A imparidade é determinada com base nos critérios acima definidos.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Reservas especiais que incluem os resultados dos exercícios até 2007;
- Resultados transitados;
- Subsídios, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Provisões

Esta rubrica reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se esperam que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não refletem riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

3.2.9. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores, independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de gastos com o pessoal:

- **Férias e subsídio de férias**

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

3.2.10. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a instituição se constitui parte na respetiva relação contratual.

3.2.11. Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas. Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a instituição, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade de saldo a receber, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

3.2.12. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, a Direção utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras da instituição são como segue:

- Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas pela instituição.

- Reconhecimento de prestações de serviços e de gastos inerentes

A Entidade reconhece os réditos e os respetivos gastos no momento em que os mesmos se tornam efetivos, ou seja, no momento em que a prestação de serviços é efetuada ou o gasto é realizado.

A utilização deste método requer que a entidade estime:

- Os réditos de serviços a prestar inerentes aos gastos efetivos já registados;
- Os gastos a reconhecer inerentes a serviços já prestados e já totalmente reconhecidos como rédito do exercício.

- Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.2.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

A instituição constitui imparidades para clientes sobre os créditos vencidos há mais de seis meses, onde calcula um ajustamento de 100% da dívida vencida.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

	31 de dezembro de 2019					Saldo em 31-Dez-2019
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 006 889,57	165 790,67	-	-	-	2 172 680,24
Equipamento básico	352 143,21	3 996,29	-	-	-	356 139,50
Equipamento de transporte	185 920,83	-	-	-	-	185 920,83
Equipamento administrativo	83 635,52	4 505,59	-	-	-	88 141,11
Ativos fixos tangíveis em curso	25 266,11	-	-	-	-	25 266,11
Total	2 653 855,24	174 292,55	-	-	-	2 828 147,79
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 727 268,02	78 932,03	-	-	-	1 806 200,05
Equipamento básico	328 653,58	6 491,15	-	-	-	335 144,73
Equipamento de transporte	183 189,57	2 731,26	-	-	-	185 920,83
Equipamento administrativo	82 887,22	2 094,91	-	-	-	84 982,13
Total	2 321 998,39	90 249,35	-	-	-	2 412 247,74
VALOR LIQUIDO	331 856,85	-	-	-	-	415 900,05

31 de dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 172 680,24	6 799,26	-	-	-	2 179 479,50
Equipamento básico	356 139,50	12 724,46	-	-	-	368 863,96
Equipamento de transporte	185 920,83	-	-	-	-	185 920,83
Equipamento administrativo	88 141,11	1 022,65	-	-	-	89 163,76
Ativos fixos tangíveis em curso	25 266,11	4 616,10	-	-	-	29 882,21
Total	2 828 147,79	25 162,47	-	-	-	2 853 310,26
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 806 200,05	51 836,31	-	-	-	1 858 036,36
Equipamento básico	335 144,73	9 471,58	-	-	-	344 616,31
Equipamento de transporte	185 920,83	-	-	-	-	185 920,83
Equipamento administrativo	84 982,13	1 915,24	-	-	-	86 897,37
Total	2 412 247,74	63 223,13	-	-	-	2 475 470,87
VALOR LIQUIDO	415 900,05	-	-	-	-	377 839,39

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Programas de Computador	30 982,57	-	-	-	-	30 982,57
Total	30 982,57	-	-	-	-	30 982,57
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	30 615,54	367,03	-	-	-	30 982,57
Total	30 615,54	367,03	-	-	-	30 982,57
VALOR LIQUIDO	367,03	-	-	-	-	-

31 de dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Programas de Computador	30 982,57	-	-	-	-	30 982,57
Total	30 982,57	-	-	-	-	30 982,57
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	30 982,57	-	-	-	-	30 982,57
Total	30 982,57	-	-	-	-	30 982,57
VALOR LIQUIDO	-	-	-	-	-	-

Os programas de computador não são propriedade da Associação Ester Janz a qual se limita a ter os respectivos direitos de uso nos termos do contrato celebrado com o fornecedor.

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos	-	202 329,29	202 329,29	-	202 329,29	202 329,29
Total	-	202 329,29	202 329,29	-	202 329,29	202 329,29

Os empréstimos respeitam a um montante cedido pelos fundadores da Associação Ester Janz quando da sua constituição para cobrir as despesas iniciais.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020
Mercadorias	18 648,51	13 680,55	62,53	19 103,58	12 027,00	65,24	21 265,01
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	43 190,43	-	-	28 281,62	-	-
...							
Total	18 648,51	56 870,98	62,53	19 103,58	40 308,62	65,24	21 265,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				56 478,44			38 212,43
Variações nos Inventários da produção				-			-

8. Rendimentos

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	13.241,00	20.443,00
Prestação de Serviços	1.170.847,59	1.532.980,63
Mensalidades	1.125.479,92	1.432.420,30
Outras actividades	39.964,67	94.032,33
Quotas e Jóias	5.403,00	6.528,00
Subsídios à exploração	656.632,22	604.807,25
Outros rendimentos	61.006,72	66.602,49
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	419,44	587,50
Total	1.902.146,97	2.225.420,87

9. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2020	2019
Subsídios, doações e legados à exploração	656.632,22	604.807,25
Subsídios à Exploração	647.367,22	598.301,96
ISS, IP - Centros Distritais	642.442,63	574.532,07
IEFP	4.924,59	23.769,89
Donativos	9.265,00	6.505,29

10. Instrumentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020 estavam incluídos nesta rubrica, investimentos efectuados no Fundo de Compensação do Trabalho, definidos na Lei 70/2013 e que destinam a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efectivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho.

11. Benefícios dos empregados

O número de membros da Direção, nos últimos dois anos, foi de 3, de acordo com os Estatutos da Associação.

Os membros da direção da Associação Ester Janz não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 31/12/2020 foi de 83 e em 31/12/2019 foi de 85.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao Pessoal	1 177 120,72	1 177 430,15
Indemnizações	4 477,36	6 796,06
Encargos sobre as Remunerações	238 940,91	261 086,60
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12 409,11	12 362,44
Outros Gastos com o Pessoal	930,90	1 520,57
Total	1 433 879,00	1 459 195,82

12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas em Assembleia Geral da Associação Ester Janz em 20 de outubro de 2020.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Cientes e Utentes c/c	9 057,61	19 911,42
Utentes	9 057,61	19 911,42
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	63 790,37	59 202,38
Utentes	63 790,37	59 202,38
Perdas por imparidade acumuladas	(63 790,37)	(59 202,38)
Utentes	(63 790,37)	(59 202,38)
Outras contas a receber	30 617,90	18 134,70
Adiantamentos ao pessoal	2 083,35	299,04
Adiantamentos a Fornecedores	82,43	296,25
Devedores por acréscimos de rendimentos	14 902,57	11 978,79
Outros Devedores	13 549,55	5 560,62
Total	39 675,51	38 046,12

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2020	2019
Utentes	(5 000,29)	(5 175,63)
Total	(5 000,29)	(5 175,63)

Reversões do período

Descrição	2020	2019
Utentes	412,30	328,26
Total	412,30	328,26

13.2. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Seguros Liquidados	6 754,82	7 039,21
Rendas antecipadas	7 790,03	7 790,03
Outras despesas c/ custos diferido	2 615,95	1 619,74
Total	17 160,80	16 448,98
Rendimentos a reconhecer		
Vendas e Prestação de Serviços a reconhecer	50 104,50	60 521,55
Total	50 104,50	60 521,55

13.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2020	2019
Caixa	1 789,45	2 810,95
Depósitos à ordem	1 096 515,04	104 708,43
Depósitos a prazo	-	1 100 000,00
Total	1 098 304,49	1 207 519,38

13.4. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Reservas	866 253,38	-	-	866 253,38
Resultados transitados	207 325,12	14 307,96	-	221 633,08
Total	1 073 578,50	14 307,96	-	1 087 886,46

13.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	52 964,18	71 914,34
Total	52 964,18	71 914,34

13.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 739,26	17 695,20
Total	5 739,26	17 695,20
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	12 762,26	12 404,51
Segurança Social	26 062,60	29 013,64
Outros Impostos e Taxas	222,85	264,50
Total	39 047,71	41 682,65

13.7. Outros Passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Pessoal	398,13	94,97
Outras operações	398,13	94,97
Adiantamentos de utentes	290,60	109,85
Fornecedores de Investimentos	-	571,95
Credores por acréscimos de gastos	221 655,74	235 529,03
Outros credores	10 221,07	22 893,76
Total	232 565,54	259 199,56

Os credores por acréscimo de gastos respeitam essencialmente a direitos obtidos em 2020 e a pagar em 2021, relacionados com férias e subsídio de férias do pessoal.

13.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	136 758,54	191 249,29
Exploração de Refeitórios	96 200,17	147 903,36
Atividades de utentes	40 558,37	43 345,93
Serviços especializados	85 795,02	135 005,59
Trabalhos especializados	36 340,87	40 101,52
Publicidade e propaganda	-	307,50
Vigilância e segurança	27 098,49	34 114,18
Honorários	3 201,25	9 570,75
Conservação e reparação	18 553,29	50 340,20
Serviços bancários	601,12	571,44
Materials	13 210,73	17 153,10
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 509,98	1 473,86
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	1 681,17	2 766,57
Material Didático	8 019,58	12 912,67
Energia e fluidos	37 758,16	45 575,96
Electricidade	18 309,60	21 150,21
Combustíveis	9 141,64	10 941,18
Água	10 306,92	13 484,57
Deslocações, estadas e transportes	98,75	445,36
Deslocações e estadas	98,75	445,36
Serviços diversos	178 205,44	207 820,32
Rendas e alugueres	84 029,70	101 565,50
Comunicação	2 019,87	1 906,05
Seguros	8 836,03	8 773,95
Contencioso e notariado	80,00	153,56
Limpeza, higiene e conforto	76 635,80	76 797,26
Outros serviços	4 372,84	5 026,10
Outras Atividades	2 231,20	13 597,90
Total	451 826,64	597 249,62

13.9. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	11.896,95	9.604,51
Correções relativas a períodos anteriores	47.400,06	48.392,76
Ganhos em inventários	65,24	62,53
Imputação de subsídios para investimentos	-	8.445,24
Outros rendimentos	1.644,47	97,45
Total	61.006,72	66.602,49

13.10. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Correções relativas a períodos anteriores	5 575,70	1 421,45
Quotizações	515,00	495,00
Outros Gastos	481,37	808,83
Total	6 572,07	2 725,28

13.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	419,44	587,50
Total	419,44	587,50
Resultados financeiros	419,44	587,50

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 1 de março de 2021

O Contabilista Certificado

A Direção



Carla Maria Pepolino Lopes de Oliveira



Teresa Maria Jardim Janz Guerra

ASSOCIAÇÃO ESTER JANZ, IPSS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

INTRODUÇÃO

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 37º dos Estatutos da Associação e demais legislação aplicável, o Conselho Fiscal vem pelo presente apresentar aos Senhores Associados o relatório sobre a atividade fiscalizadora e, bem assim, dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como sobre a proposta apresentada pela Direção à Assembleia Geral.

FISCALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

2. No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão da Associação e a evolução das suas atividades, encontrando sempre a melhor colaboração por parte da Direção, outros responsáveis e dos serviços, manifestando o seu apreço pela cooperação prestada. Tendo efetuado com a periodicidade e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, a exercitação das competências formuladas no art.º 37º dos Estatutos da Associação e demais legislação aplicável, designadamente a análise das suas contas, a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes, utilizados na elaboração da informação financeira, bem como a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direção, e a verificação da eficácia do sistema de controlo interno e da aplicabilidade do princípio da continuidade.
3. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
4. Estamos convictos que o exame efetuado e a prova que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para o nosso parecer.

PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS E PROPOSTA APRESENTADA PELA DIREÇÃO

5. Examinámos as demonstrações financeiras da Associação Ester Janz, IPSS, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de ativo de 1.568.743,39 euros e um total de fundos patrimoniais de 991.732,17 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 96.154,29 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Normas Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).
7. O Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral da Associação Ester Janz, IPSS, aprove:
- 7.1 o relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e
- 7.2 a proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

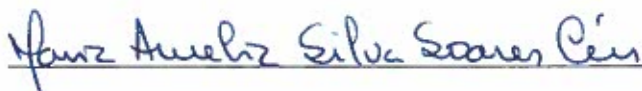
8. Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras examinadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 9 de Junho de 2021

O CONSELHO FISCAL,



Carlos Manuel dos Santos Ferro (Presidente)



Maria Amélia da Silva Soares do Céu (Vogal)



Júlia Maria Pereira Pinto Miguel (Vogal)